

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 09

Data 20 de agosto de 1985 Pg.: _____

Asas de Socorro, a beneficiada

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Sociedade Asas de Socorro, citada no caso de contrabando de pedras preciosas do Brasil para os Estados Unidos, foi declarada de utilidade pública, pelo governo federal, em 1982, em decreto assinado pelo presidente Figueiredo e pelo ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no dia 25 de janeiro daquele ano e publicado no Diário Oficial da União do dia 26.

Antes disso, em 1970, a sociedade obteve, no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) do Ministério da Educação, o registro como entidade filantrópica, que lhe permite receber subvenções governamentais, obter isenção do imposto de renda e de impostos que incidem sobre as importações. Como entidade de utilida-

de pública, são poucas as vantagens. Apenas o título lhe garante o uso exclusivo de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos previamente registrados no Ministério da Justiça, além da menção do título.

A Sociedade Asas de Socorro também tem título de utilidade pública no Estado de Goiás, concedido em 1977 e, segundo a documentação apresentada pela entidade ao CNSS, está em funcionamento desde dezembro de 1964, com sede na rua 14 de Julho, 465, em Anápolis. Até agora, de acordo com o presidente do Conselho, Aderbal de Oliveira, nada existe que comprove qualquer envolvimento da sociedade no caso das pedras preciosas. Entretanto, esclareceu que se as investigações da Polícia Federal apontarem algum comprometimento da entidade, o CNSS poderá rever o seu registro.

Já no Ministério da Justiça, a informação obtida no Departamento Federal de Justiça (DFJ) é de que até agora não se conseguiu apurar, nos arquivos, se existe, ou não, processo para declaração de utilidade pública da entidade. Mas o fato é que a Sociedade Asas de Socorro deu entrada em seu pedido para declaração de utilidade pública, no Ministério da Justiça, em outubro de 1977. O processo não teve andamento, porque daquele ano até 1980 todos os pedidos ficaram suspensos, por determinação da Presidência da República, já que estavam sendo providenciadas alterações na legislação que trata da matéria. Daí, em 1981, a entidade voltou com seu pedido concedido, finalmente, no ano seguinte. Em 1984, seu processo foi requisitado da seção, mas, atualmente, ninguém sabe dizer por quê.